ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL BILÍNGUE NA FRONTEIRA BRASIL–BOLÍVIA: TRAJETÓRIAS, COLONIALIDADE E PRÁTICAS DE REEXISTÊNCIA

Ávila Smitiely de Abreu Lima Ikuta[1]
Juliana da Luz L. de A. Pinheiro[2]
Rosilene Pinheiro de Oliveira[3]
Carolina Martins Carreiro[4]
Waldinéia Antunes de Alcântra Ferreira[5]

RESUMO
O presente trabalho analisa as práticas pedagógicas e as políticas educacionais voltadas à educação intercultural bilíngue na fronteira Brasil–Bolívia, considerando os desafios enfrentados por estudantes em contextos sociolinguisticamente complexos. A pesquisa emerge da vivência na fronteira, marcada por experiências de silenciamento cultural e violência simbólica, que orientaram suas escolhas epistemológicas e metodológicas. Fundamentada na perspectiva decolonial, com base em autores como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Catherine Walsh, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Frantz Fanon e Paulo Freire, adota abordagem qualitativa de caráter etnográfico, articulada à análise crítica do discurso. Os resultados indicam que, apesar da diversidade cultural e linguística constitutiva das comunidades fronteiriças, as políticas e os currículos ainda operam sob lógica monocultural, invisibilizando saberes e línguas locais.
Palavras-chave: Decolonial, Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), Ley de Educación nº 070, Políticas Educacionais.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho emerge dos esforços intelectuais empreendidos para socializar os resultados da pesquisa científica intitulada “Políticas Educacionais

1 Mestre no programa de pós-graduação em educação da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Avila.Smitiely.Ikuta@Unemat.Br
[2] Especialista em Educação Inclusiva- Faculdade Educacional Da Lapa (FAEL)
[3] Mestre em educação no programa de pós-graduação em educação da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)
[4] Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - PROFEI - Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT - Campus Sinop/MT Brasil. E-mail: carolina.carreiro@unemat.br
[5] Doutora pela UFGRs, professora efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso (DE). Atua como docente no Programa de Pós-Graduação em Educação (Unemat - Campus de Cáceres) e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (Unemat - Campus de Barra do Bugres).

Interculturais e Bilíngues: uma análise crítica das práticas pedagógicas na fronteira", desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no ano de 2024. A investigação teve como ponto de partida minha própria trajetória como mulher do campo e educadora na fronteira Brasil–Bolívia, no município de Cáceres/MT. As experiências vividas em contextos marcados por desigualdades estruturais, silenciamentos culturais e violências simbólicas constituíram o horizonte inicial para a problematização das práticas escolares em territórios fronteiriços.

Filha de trabalhadora rural e militante da reforma agrária, cresci em assentamentos situados na linha de fronteira, espaço historicamente atravessado por estigmas, militarização e negligência estatal. Minha formação escolar ocorreu em escolas do campo, onde vivenciei simultaneamente a precariedade estrutural e a potência comunitária desses territórios. Posteriormente, ao atuar como professora em escolas localizadas na faixa de fronteira, passei a observar de forma mais sistemática o intenso fluxo migratório de estudantes bolivianos e a presença significativa de crianças bilíngues nas salas de aula.

Embora a diversidade cultural e linguística fosse evidente no cotidiano escolar, a instituição operava sob uma lógica homogeneizadora, desconsiderando as especificidades socioterritoriais da comunidade. O currículo mantinha-se descontextualizado, centrado em uma alfabetização instrumental e desvinculado das práticas sociais de linguagem que estruturam a vida na fronteira. Nesse cenário, o bilinguismo e as identidades culturais locais, em vez de reconhecidos como potencialidades formativas, eram frequentemente tratados como obstáculos ao processo de ensino-aprendizagem.

Diante dessa realidade, emergiram as seguintes questões orientadoras: como as políticas públicas educacionais do Brasil e da Bolívia atendem às necessidades dos estudantes bilíngues em contextos interculturais? Quais são os impactos dessas políticas nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas da fronteira? E de que maneira os professores percebem e integram as práticas culturais e linguísticas dos alunos em seus processos de alfabetização? Essas indagações sustentaram a construção da investigação, comprometida com uma análise crítica das dinâmicas educacionais na faixa de fronteira.

O estudo investigou as políticas públicas educacionais relacionadas ao processo de alfabetização em perspectiva internacional, considerando o Estado nacional brasileiro

e o Estado Plurinacional da Bolívia. A pesquisa foi realizada em duas instituições situadas na faixa de fronteira: a Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, em Cáceres/MT, e a Unidade Educativa Cristóbal Colón, em San Matías/BO. Procedeu-se à análise documental das políticas voltadas à educação em regiões de fronteira internacional e à educação intercultural bilíngue. Inicialmente, examinou-se o Setor Educacional do MERCOSUL, buscando compreender as iniciativas direcionadas a esses territórios. Em seguida, analisaram-se a legislação educacional brasileira e o sistema educativo plurinacional boliviano, ambos inseridos no contexto das diretrizes do MERCOSUL. Também foram consideradas as ações do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), com o objetivo de identificar instrumentos e recursos destinados à promoção de práticas pedagógicas inclusivas e respeitosas das identidades culturais e linguísticas dos estudantes fronteiriços.

Metodologicamente, a pesquisa assumiu abordagem qualitativa, de caráter etnográfico, fundamentada na análise crítica do discurso sob perspectiva decolonial. A sustentação teórica dialoga com autores que problematizam a colonialidade do poder, do saber e do ser, contribuindo para a compreensão das relações entre políticas educacionais, práticas pedagógicas e contextos socioculturais fronteiriços. Os procedimentos metodológicos envolveram levantamento e análise bibliográfica e documental, articulados à pesquisa de campo, por meio de observação participante, entrevistas e triangulação de dados.

Sob este prisma, a investigação ancorou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa e da etnografia crítica, apoiando-se nas contribuições de Uwe Flick (2009) e Clifford Geertz (2008), cujas reflexões possibilitam compreender os fenômenos sociais a partir da interpretação densa dos contextos culturais. Dialoga também com Orlando Fals Borda, sobretudo no que se refere ao compromisso ético-político da pesquisa com os sujeitos investigados. No campo da análise crítica do discurso, fundamenta-se em Norman Fairclough (2016) e nas contribuições de Izabel Magalhães, Ana Maria Martins e Viviane de Melo Resende (2017), articulando linguagem, poder e práticas sociais. Complementam esse arcabouço as reflexões de Michael Angrosino (2009) e Marisa Vorraber Costa Mello (2009), que contribuem para o delineamento das estratégias etnográficas e da observação participante.

Em termos epistemológicos, adotou-se uma perspectiva decolonial, fundamentada nas contribuições de Aníbal Quijano (2005), Walter Mignolo (1995),

Ramón Grosfoguel (2008), Catherine Walsh (2005) e Nelson Maldonado-Torres (2007), cujas formulações permitem problematizar a colonialidade do poder, do saber e do ser, especialmente nos contextos educacionais situados em territórios historicamente subalternizados, como as regiões de fronteira.

Os resultados indicam que, embora existam iniciativas voltadas à educação intercultural e bilíngue, tais políticas não se efetivam de maneira consistente nas escolas situadas na faixa de fronteira entre Cáceres/MT e San Matías/BO. Essa fragilidade na implementação contribui para a precarização do atendimento educacional das comunidades locais, revelando a distância entre os marcos normativos e a realidade vivenciada nas instituições escolares fronteiriças.

2 METODOLOGIA

A Os procedimentos teórico-metodológicos adotados possibilitaram uma análise reflexiva, rigorosa e coerente com a complexidade do objeto investigado. A pesquisa foi estruturada a partir de fundamentos da abordagem qualitativa de caráter etnográfico, compreendendo que o estudo das realidades fronteiriças exige imersão sensível nas dinâmicas sociais, culturais, linguísticas e educacionais que constituem esses territórios.

No campo da pesquisa qualitativa, dialogamos com as contribuições de Uwe Flick (2009), cuja sistematização metodológica foi fundamental para a organização das etapas investigativas. A perspectiva etnográfica foi sustentada pelas reflexões de Clifford Geertz (2008), que compreende a etnografia como descrição densa dos significados culturais, bem como pelas contribuições de Michael Angrosino (2009), que enfatiza a observação participante como instrumento privilegiado de compreensão das práticas sociais. O compromisso ético-político da investigação também dialoga com a tradição da pesquisa participante latino-americana.

A análise dos discursos foi fundamentada na perspectiva crítica proposta por Norman Fairclough (2016), articulada às contribuições de Izabel Magalhães, Ana Maria Martins e Viviane de Melo Resende (2017), permitindo examinar as relações entre linguagem, poder e práticas pedagógicas nos contextos escolares investigados.

Epistemologicamente, a pesquisa foi orientada por uma perspectiva decolonial, apoiando-se nas formulações de Aníbal Quijano (2005), que problematiza a colonialidade do poder, oferecendo suporte para compreender as assimetrias estruturais presentes nas políticas educacionais e nas práticas escolares da faixa de fronteira.

A investigação foi desenvolvida em três etapas articuladas entre si: levantamento bibliográfico, análise documental e trabalho de campo.

A primeira etapa consistiu na revisão sistemática da produção acadêmica relacionada à educação intercultural bilíngue e às escolas situadas em regiões de fronteira. Esse mapeamento permitiu identificar tendências teóricas predominantes, metodologias recorrentes e lacunas investigativas, orientando a delimitação do campo empírico e o refinamento das categorias analíticas.

Na segunda etapa, realizou-se levantamento e análise de documentos oficiais vinculados às políticas educacionais direcionadas às regiões de fronteira e à educação intercultural bilíngue. Foram examinados documentos do Setor Educacional do MERCOSUL, a legislação educacional brasileira — com destaque para a Lei nº 9.394/1996 (LDB) — e a legislação do Estado Plurinacional da Bolívia, especialmente a Ley de Educación nº 070 “Avelino Siñani - Elizardo Pérez”.

Também foram analisados documentos institucionais das escolas investigadas, como Projetos Político-Pedagógicos, regulamentos internos e planejamentos anuais. A análise documental possibilitou compreender os marcos normativos que orientam (ou deveriam orientar) as práticas pedagógicas nas escolas da faixa de fronteira.

A terceira etapa correspondeu ao trabalho de campo, realizado nas seguintes instituições: a Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, localizada no Assentamento Sapiquá, no município de Cáceres–MT, Brasil; e a Unidad Educativa Cristóbal Colón, situada na comunidade indígena Cristóbal Colón, no município de San Matías, departamento de Santa Cruz, Bolívia.

A escolha dessas instituições fundamentou-se na centralidade que ambas ocupam na dinâmica educacional da faixa de fronteira, atendendo estudantes inseridos em contextos socioterritoriais marcados por mobilidade transfronteiriça, diversidade linguística e pertencimentos culturais plurais.

A imersão ocorreu entre maio e junho de 2024, com visitas preliminares realizadas em 2023. Foram utilizadas as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas, direcionadas a professores, coordenadores pedagógicos e representante comunitário.

As observações concentraram-se nas turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, considerando as especificidades arquitetônicas, organizacionais e socioculturais de cada escola. A observação foi sistemática e planejada, utilizando

caderno de campo, registros em áudio, vídeo e fotografias, a fim de captar interações verbais e não verbais, práticas pedagógicas e dinâmicas sociolinguísticas presentes no cotidiano escolar.

No total, participaram da pesquisa cinco professores, dois coordenadores pedagógicos e uma liderança comunitária. As entrevistas foram conduzidas com base em roteiro semiestruturado composto por quinze questões, permitindo aprofundar aspectos relacionados às práticas de alfabetização, à presença do bilinguismo e às percepções docentes sobre a interculturalidade.

A análise foi conduzida por meio da triangulação conforme Triviños (1987), articulando dados provenientes da revisão bibliográfica, da análise documental, das observações e das entrevistas. Essa estratégia permitiu ampliar a consistência interpretativa e reduzir possíveis vieses, oferecendo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas educacionais na faixa de fronteira.

A triangulação mostrou-se especialmente relevante diante da complexidade dos territórios investigados, marcados pela simultaneidade de processos nacionais e transnacionais, mobilidades, controles, assimetrias estruturais e disputas simbólicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciam uma profunda discrepância entre a realidade multicultural dessas comunidades e as políticas educacionais implementadas. A análise do mapeamento das produções científicas demonstrou escassez de estudos voltados especificamente à educação em regiões de fronteira, o que contribui para a invisibilização dessas populações no campo acadêmico e nas políticas públicas. Essa ausência reforça a reprodução de currículos homogêneos e universalizantes, desconsiderando o bilinguismo, a interculturalidade e os saberes territoriais.

Conforme Coppete, Fleuri e Stoltz (2012, p. 243-244) compreendem a interculturalidade como uma reivindicação dos povos e grupos historicamente subalternizados, constituindo-se também como espaço de luta por uma sociedade mais justa, equitativa, igualitária e plural. Nessa abordagem, a interculturalidade ultrapassa a mera coexistência de culturas e assume caráter político-pedagógico, orientado pela valorização das diferenças e pela construção de relações mais horizontais no âmbito educacional e social.

As comunidades escolares localizadas na faixa de fronteira Brasil–Bolívia constituem espaços socioculturais dinâmicos, marcados por intensas trocas linguísticas, econômicas e identitárias. As escolas investigadas — Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida (Assentamento Sapiquá, Cáceres–MT) e Unidad Educativa Cristóbal Colón (San Juan de Corralito, San Matías–Bolívia) — revelam a existência de sujeitos transfronteiriços que vivenciam pertencimentos múltiplos, desafiando concepções fixas de nacionalidade e identidade cultural, "criando um espaço multifacetado de construção social, proporcionando o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar de contato, mistura, troca, hibridismo, e mestiçagem cultural e étnica" (Pesavento, 2002, p. 37).

Os documentos institucionais analisados — especialmente os Projetos Político-Pedagógicos, planejamentos anuais e regulamentos internos — não contemplavam as especificidades socioculturais e linguísticas próprias da faixa de fronteira Brasil–Bolívia. Observou-se a ausência de referências explícitas ao bilinguismo presente nas comunidades escolares, às práticas sociais de linguagem que articulam português e espanhol no cotidiano dos estudantes, bem como às dinâmicas interculturais que caracterizam o território. De acordo com as considerações de Freitas (2004), a construção destes documentos deve ter a participação de todos agentes envolvidos gestores, professores, pais, alunos, funcionários e comunidades em busca de valorizar e integrar as diversas influências culturais, promovendo um senso de identidade que reconheça tanto as raízes locais quanto as interações com a cultura do "outro".

As diferenças são vistas como construções sócio históricas em constante processo de transformação, caracterizadas por sua dinamicidade e influenciadas pelas relações de poder nas interações sociais. Elas fazem parte da constituição tanto dos indivíduos quanto dos grupos sociais, e precisam ser reconhecidas e valorizadas positivamente nos documentos oficiais das escolas. Ao mesmo tempo, é essencial que essas diferenças não sejam transformadas em desigualdades ou usadas como base para preconceitos e discriminação, mantendo uma abordagem dinâmica e inclusiva das identidades (Candau, 2011, p. 246).

Essa lacuna documental evidencia uma perspectiva curricular homogeneizadora, alinhada a diretrizes gerais dos sistemas educacionais nacionais, mas desvinculada das realidades locais. Ao não reconhecer formalmente o contexto transfronteiriço, os

documentos deixam de orientar práticas pedagógicas contextualizadas e de legitimar os saberes, identidades e experiências dos sujeitos fronteiriços.

Tal invisibilização institucional reforça uma lógica monocultural que desconsidera a complexidade socioterritorial da região, contribuindo para o apagamento simbólico das línguas, culturas e modos de vida que constituem essas comunidades. Desse modo, a ausência dessas especificidades nos documentos oficiais não é apenas uma falha técnica, mas revela uma dimensão política do currículo, que mantém a centralidade de referenciais hegemônicos em detrimento de uma educação intercultural efetivamente comprometida com a realidade da fronteira.

No que se refere às políticas supranacionais, observou-se que o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), por meio do Setor Educacional, propõe iniciativas como o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF). Todavia, os dados indicam que tais ações possuem alcance limitado e priorizam regiões economicamente estratégicas do Sul do Brasil, não contemplando de forma efetiva a extensa faixa fronteiriça do Mato Grosso. Essa seletividade territorial revela uma lógica centralizadora que mantém municípios rurais e comunidades indígenas à margem dos investimentos estruturais.

Conforme Ikuta (2024) essa negligência cultural configura um crime contra a diversidade e impede o desenvolvimento pleno do potencial humano e social da fronteira. Portanto, políticas de desenvolvimento e inclusão devem considerar a importância estratégica dessas áreas, promovendo um desenvolvimento sustentável que respeite e integre as comunidades locais. Sendo imprescindível que as políticas públicas sejam reforçadas e adaptadas às necessidades específicas das regiões de fronteira .

No contexto brasileiro, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresentem diretrizes voltadas à diversidade, não há proposições específicas e estruturadas para as escolas situadas em regiões de fronteira internacional. O resultado é a permanência de um modelo educacional monocultural que reforça hierarquias epistêmicas e linguísticas. Entretanto, as iniciativas do sistema educacional brasileiro não garantem a implementação efetiva de uma educação intercultural e bilíngue nas regiões de fronteira, que possuem configurações sociais, culturais e linguísticas complexas. Essa situação resulta em dificuldades na elaboração de um currículo multicultural que atenda às especificidades dessas comunidades (Ikuta, 2024,p.79) .

ISSN: 2358-8829

Em contraste, a legislação educacional boliviana, especialmente a Ley de Educación Avelino Siñani-Elizardo Pérez, propõe uma educação intercultural bilíngue com orientação decolonizadora. Contudo, na prática, verificou-se que essa política também não resolve as dificuldades enfrentadas pelos estudantes que transitam entre os dois países, revelando limites na articulação binacional e na garantia de continuidade pedagógica. As reformas promovidas pelos governos neoliberais, como a descentralização municipal e a reforma constitucional, muitas vezes mascaram a manutenção de estruturas de poder que continuam a marginalizar as populações indígenas. Conforme Cusicanqui, (2010, p. 60) Esse multiculturalismo tem sido caracterizado como superficial e decorativo, utilizado mais para apaziguar demandas sociais do que para promover uma verdadeira inclusão e empoderamento dos povos campesinos e indígenas.

As discussões apontam que a ausência de práticas pedagógicas contextualizadas e a fragilidade das políticas públicas reforçam processos de subalternização e apagamento identitário. A interculturalidade aparece frequentemente no discurso oficial como princípio, mas não se materializa nas práticas escolares, ocorrendo de maneira superficial e não consciente nos processos educativos. Fidel Tubino (2005) caracterizou essa abordagem como um “interculturalismo funcional”, que instrumentaliza a diversidade cultural em vez de reconhecê-la verdadeiramente. Nesse modelo, as culturas não são valorizadas em sua riqueza e especificidade, mas sim utilizadas como ferramentas para a assimilação e homogeneização cultural.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a educação nas regiões transfronteiriças Brasil–Bolívia permanece marcada por invisibilidade acadêmica, fragilidade normativa e insuficiência de políticas públicas específicas. Apesar da riqueza cultural, linguística e identitária presente nas comunidades investigadas, o sistema educacional ainda opera sob uma lógica centralizadora e homogeneizante que desconsidera as especificidades locais.

A pesquisa demonstrou que as políticas educacionais nacionais e supranacionais, embora apresentem avanços discursivos no campo da interculturalidade, não se efetivam de maneira concreta nas escolas de fronteira do Mato Grosso. A ausência de implementação prática compromete o direito à educação contextualizada, bilíngue e culturalmente situada.

Evidencia-se, portanto, a urgência de uma revisão estrutural das políticas educacionais voltadas às regiões de fronteira, com base em uma perspectiva decolonial que reconheça as múltiplas identidades, os saberes territoriais e as línguas maternas como fundamentos do processo educativo. A construção de uma educação intercultural crítica exige não apenas adequações curriculares, mas uma transformação epistemológica que rompa com a colonialidade do saber e valorize os sujeitos fronteiriços como protagonistas de sua própria história.

Somente por meio de uma política educacional inclusiva, contextualizada e comprometida com a justiça social será possível superar a marginalização histórica dessas comunidades e garantir uma educação verdadeiramente equitativa e humanizadora.

Referências

BOLÍVIA. **Ley N° 070 Avelino Siñani–Elizardo Pérez**. La Paz: Estado Plurinacional de Bolivia, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CANDAU, Vera Maria. ***Interculturalidade e educação na América Latina***. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

FLEURI, Reinaldo M. **Educação para a diversidade e cidadania**. Módulo 2: Introdução Conceitual – Educação para a Diversidade e Cidadania. Florianópolis: MOVER/ NUP/CED/EAD/UFSC, 2009.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do Oprimido*.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MERCOSUL. Setor Educacional do Mercosul. **Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF)**. Brasília: MEC/SEM, 2012.

MIGNOLO, Walter D. ***A ideia de América Latina***. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PESAVENTO, S. J. Além das fronteiras. *In:* MARTINS, M. H (Org.). **Fronteiras Culturais.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. ***A gramática do tempo: para uma nova cultura política***. São Paulo: Cortez, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. ***Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*.** São Paulo: Atlas, 1987.

WALSH, Catherine. ***Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época***. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.